

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça

Intersectionality and escrevivência: possible dialogues between disability and race

Aline Tavares de Souza Rodrigues  *

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Palavras-chave:
interseccionalidade;
deficiência;
escrevivência; raça;
autismo.

Resumo: O texto faz uma costura entre interseccionalidade e escrevivência, em uma relação que é feita a partir de minha experiência vivida enquanto uma pessoa negra e autista. Pensar as aproximações entre os dois conceitos nos possibilita compreender interseccionalidade e escrevivência como ferramentas potentes, produtoras de conhecimento e de formação subjetiva, rompendo com um modo de fazer acadêmico que supõe uma neutralidade científica. Falar de uma experiência concreta nos permite acessar histórias, criando conexões e trocas importantes com elas, além de abrir caminhos para pensar outros futuros, vozes e corpos dentro da academia, sobretudo no que diz respeito aos modos de produzir conhecimento dentro da psicologia.

Keywords:
intersectionality;
disability; escrevivência;
race; autism.

Abstract: The text makes a relationship between intersectionality and escrevivência, in a relationship that is made based on my experience as a black and autistic person. Thinking about the similarities between the two concepts allows us to understand intersectionality and escrevivência as powerful tools, producing knowledge and subjective formation, breaking with an academic way of doing things that assumes scientific neutrality. Talking about a concrete experience allows us to access stories, creating important connections and dialogues with them, and opens ways to think about other futures, voices and bodies in academia, especially with regard to ways to think about other futures, voices and bodies in academia, especially with regard to ways of producing knowledge in psychology.

Nunca pensei que relatar episódios da minha vida pudesse se tornar tema de reflexão no ambiente acadêmico. Isso porque passei muitos anos em silenciamento e sobrevivendo às situações de racismo e capacitismo – uma delas vou contar agora. De tempos em tempos eu visitava uma senhora, amiga da família. Sua idade já muito avançada não lhe possibilitava sair de seu apartamento com frequência, de modo que minha visita sempre foi no intuito de ouvir um pouco de suas muitas histórias e levar algumas frutas frescas da feira de sábado e bolos preparados pela minha mãe.

* Endereço para correspondência: Grupo Transdiversidade Niterói. Avenida Visconde do Rio Branco - de 573 a 711 - lado ímpar. Centro - Niterói, RJ – Brasil. CEP: 24020005. E-mail: aline_rodrigues@id.uff.br



Em uma dessas idas, toquei aquele incômodo interfone. Como autista, usei todo o caminho para me preparar para a interação com a senhora e também com o porteiro do prédio onde morava, elaborando uma espécie de roteiro mental para organizar minha fala dentro do objetivo a ser alcançado – conseguir chegar ao sexto andar para visitá-la.

Todo meu roteiro e tentativa de organização foi desmantelado pelo funcionário, que ao me identificar, me orientou a entrar no prédio pela porta de serviço, me causando uma perturbação que a alexitimia – a dificuldade em entender e nomear dores e emoções – dificultou que eu conseguisse assimilar o que estava acontecendo naquele momento. O mal-estar, a vontade de gritar e sair correndo se fez em todo meu corpo. Me senti agitada e com vontade de ir embora, não lembro como cheguei ao sexto andar, se entreguei as frutas como previsto e de quais histórias de vida escutei.

Para voltar para casa era necessário atravessar uma via perigosa, pois motos surgiam de repente por trás dos ônibus. Eu estava sozinha. Sei que nenhum acidente me ocorreu porque de alguma forma cheguei em casa, embora tenha sofrido mais uma violência que deixa feridas que por vezes são visíveis quando tenho um *shutdown* (as crises implosivas que eu exemplifico como um balde d'água que vai enchendo aos poucos, as gotas representam sobrecarga emocional, dificuldade em lidar com alterações na rotina, excesso de barulhos, dentre outros incômodos).

Daquele dia, lembro de relatar o ocorrido para minha mãe, que se indignou com a atitude do porteiro e perguntou se eu falei algo. Falar algo. Falar é sempre uma dificuldade para mim. Elaboro roteiros mentais 24 horas por dia, 7 dias por semana, a fim de conseguir prever possibilidades e minimamente conseguir dialogar com as pessoas, um trabalho que me esgota ao extremo.

O momento em que o porteiro me diz para entrar pela área de serviço jamais passou por esse meu roteiro prévio, eu não tinha nenhuma fala preparada para de alguma forma conseguir lidar com aquilo. Minha voz some no mesmo momento em que meu corpo começa a pesar como se camadas de cimento fossem postas sobre mim, a garganta dói e os olhos ardem muito.

Trouxe essa cena inicial por identificar nesse acontecimento uma relação entre deficiência e raça. A experiência que vivi, ou colocando em termos mais diretos, sofri, possibilita acenar para as reflexões que as pesquisadoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) trazem acerca da interseccionalidade.

O primeiro contato com os escritos das autoras foi interessante, pois trazem a discussão a partir de exemplos muito compreensíveis dentro do futebol. Interessante porque embora eu não costumo acompanhar jogos e tudo que envolve o esporte, foi possível me ver na proposição trazida pelas autoras:

Imagine um campo de futebol inclinado, instalado num terreno levemente em declive, no qual o gol do time vermelho fica no topo da colina, e o gol do time azul, no vale. O time vermelho tem uma evidente vantagem: quando tenta marcar gol, a estrutura do campo ajuda. Não importa quanto talento tenha, porque a força invisível da gravidade ajuda, logo não precisa se esforçar tanto quanto a equipe azul para marcar gol. Em compensação, o time azul trava uma batalha constante morro acima para marcar um gol. Pode ter talento e disciplina, mas tem a má sorte de jogar em um campo inclinado. Para vencer, a equipe azul precisa de talento excepcional. Fãs de futebol se indignariam se os campos de verdade fossem inclinados dessa maneira. No entanto, é isso que fazem as divisões sociais de classe, gênero e raça que estão profundamente interconectadas no domínio estrutural do poder – achamos que estamos jogando em igualdade de condições quando, na verdade, não estamos (Collins; Bilge, 2021, p. 24).

O exemplo me capturou imediatamente, pois toda minha vida se resume a uma tentativa de “correr atrás” me sentindo exatamente dessa forma, tentando dar muitos passos e me esforçando o dobro, o triplo, para dar conta de demandas e alcançar objetivos que para as outras pessoas parece algo tão simples.

Essa construção que Collins e Bilge (2021) fazem coloca a interseccionalidade para além de uma simples definição, mostrando seus impactos e os possíveis efeitos na vida daqueles que são atravessados pelos marcadores de raça, classe, idade, gênero, sexualidade e, incluso ainda, deficiência.

O uso da palavra “má sorte” no exemplo me chama atenção. Enquanto pessoa com deficiência e negra, várias vezes fui alvo de olhares de pena, fracasso, impossibilidade e medo. A interseccionalidade nos ajuda a observar

[...] que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito (Collins; Bilge, 2021, p. 29).

Penso que o sentido de interseccionalidade permite aproximação com uma ferramenta muito potente que a escritora Conceição Evaristo nos oferece – a escrevivência. É aqui eu resgato uma fala da autora Rosane Borges (2020, p. 189) que considero fundamental para compreender essa ferramenta como uma aposta metodológica que legitima as experiências do escre-viver, pois a escrevivência é um “princípio conceitual-metodológico com potência para suportar as narrativas dos excluídos, uma vez que considera as várias matrizes de linguagem para tecer memória e construir história”.

A escrevivência fala de nós, como foi possível observar no momento em que duas intelectuais de outro território que não o brasileiro, por meio de um exemplo dado através do futebol – algo que até então não me desperta interesse – me trouxeram lembranças de toda uma vida, levando em conta meu recorte latino-americano, negro e com deficiência. É uma ferramenta que singulariza e nos alcança, abre caminhos para fazer movimentar nossa história a partir de nossas próprias agências.

Enquanto autista, o ato de falar é desgastante. O esforço para fazer sair dos lábios aquilo que estou pensando, de modo que o outro compreenda, causa exaustão física e mental, pois meu corpo fica inteiramente mobilizado para esse fim. Então a escrevivência assume ainda, na minha trajetória, um lugar de alternativa, de acessibilidade, pois é na palavra escrita que me expresso sem desgaste e as palavras fluem com o sentido que eu realmente quero dar.

Com essas reflexões, vejo interseccionalidade e escrevivência como métodos que, para além de pesquisa, falam de formação subjetiva, viabilizando uma prática capaz de dialogar com a minha história. Costurando minha vivência com esses conceitos, afirmo uma escrita acadêmica que rompe com uma suposta neutralidade científica, além de encaminhar minha trajetória como elementos importantes de instrumento e reflexão.

Esse escrito marca meu primeiro texto publicado para uma plataforma. Há quase 10 anos, logo assim que me formei em psicologia, tentei enviar alguns trabalhos a fim de serem lançados em revistas científicas. Meu arquivo sempre retornava por ter sido rejeitado, sempre sob a justificativa de “não estar dentro das normas”, o que me deixava transtornada e fazendo ler e reler as regras de formatação obsessivamente, ao ponto de decorá-las.

Até hoje não entendo o que foi que deu errado tantas e tantas vezes, acabei desistindo naquela época, pois foram tentativas solitárias e desgastantes. Questões burocráticas sempre foram e sempre serão um verdadeiro imbróglio – o que inclusive marcou um intervalo de 5 anos para que eu voltasse para o meio acadêmico enquanto pós-graduanda porque, apesar do meu grande interesse pelos estudos, as etapas dos processos seletivos sempre foram um obstáculo enorme.

Esse fato curioso me faz lembrar do primeiro seminário que apresentei como pós-graduanda de Ensino de Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas no Instituto Federal do Rio de Janeiro, o IFRJ. Eu e minhas colegas discutíamos sobre um texto sugerido pelo professor, cujo título me falha a memória, mas tecia críticas aos modos de produção de conhecimento que se pretendem universais, únicos possíveis e pautados em um ideal de neutralidade e objetividade. Embora muito interessante, chamou minha atenção o fato de que o texto estava todo organizado nas normas científicas, e em terceira pessoa.

Fato parecido também ocorrido na semana passada, quando li um texto que versava sobre interseccionalidade, por meio de costuras entre racismo e deficiência. Me empolguei ao ver que a autora do artigo era uma psicóloga preta e autista. Na medida em que avançava na leitura, minha empolgação dava lugar ao desânimo e cansaço, pois a autora não apareceu no texto em momento algum, o que não me permitiu nenhuma identificação para além das informações iniciais, que acreditei serem disparadoras de vários pontos em comum e também de discussão.

Sua trajetória foi substituída por uma série de levantamentos e dados que acabaram nos afastando. O que me faz pensar na interseccionalidade e escrevivências como métodos que não

sufocam a travessia de quem escreve e de quem lê, mas viabiliza sentidos e o compartilhar de conhecimento. Como diz Conceição Evaristo (2020, p. 30-31):

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. Uma condição particularizada que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada. Assim como é diferenciada a experiência de ser brasileiro vivida, de uma forma diferenciada, por exemplo, da experiência de nacionalidade de sujeitos indígenas, ciganos, brancos etc. Mas, ao mesmo tempo, tenho tido a percepção que, mesmo partindo de uma experiência tão específica, a de uma afro-brasilidade, consigo compor um discurso literário que abarca um sentido de universalidade humana. Percebo, ainda, que experiências específicas convocam as mais diferenciadas pessoas.

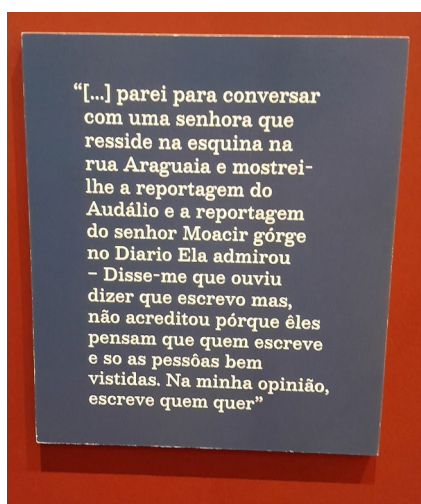
É a escrita com sentidos, afetos, trocas e fortalecimentos, quebrando a dureza acadêmica que emperra o escre-viver. A interseccionalidade fala de uma experiência concreta, que permite acessar histórias e criar conexões com elas.

Ancestralidade em tela: memórias para pensar o amanhã

[...] parei para conversar com uma senhora que reside na esquina na rua Araguaia e mostrei-lhe a reportagem do Audálio e a reportagem do senhor Moacir górgo no Diário Ela admirou – Disse-me que ouviu dizer que escrevo mas, não acreditou porque eles pensam que quem escreve e so as pessoas bem vestidas. Na minha opinião, escreve quem quer (JESUS, 2023).

Encontrei o fragmento acima no sábado do dia 15 de julho de 2023, na exposição intitulada *Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros*, que ocupa duas salas no Museu de Arte do Rio.

Fotografia – fragmento da exposição Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros



Fonte: produção da autora

Senti uma necessidade imediata de trazer essa fala para minha escrita assim que me deparei com ela na exposição, pois Carolina me levou diretamente para as reflexões que esse

trabalho tem me proporcionado, e também para um acontecimento que vivi dois dias antes de me deparar com sua fala potente que tanto me fortaleceu. Na quinta-feira pela manhã eu fui até o mercado, a fim de comprar ingredientes para meu bolo de aniversário. Com os materiais em mãos, fui para a fila do caixa preferencial – que contava com os símbolos de idoso, gestante, mãe com criança de colo, cadeirante e autista. Quando chegou minha vez de passar os produtos pelo caixa, o homem da fila geral se apressou e foi extremamente hostil em sua indignação repentina, como se eu estivesse passando sua frente.

Meu corpo ficou parado para marcar que eu não sairia dali, mas minha fala sumiu. O atendente, numa postura muito firme com o homem, disse que eu era autista e, portanto, estava no meu direito de ser atendida. O sujeito encerrou seus questionamentos agressivos e voltou para a fila, embora visivelmente insatisfeito e indignado, os braços levantados a fim de mostrar que aquilo era um absurdo.

Cenas como essas são muito comuns no meu cotidiano, e posturas como a que o atendente teve são raras, de modo que me vejo sempre sozinha tendo que lidar com situações e constrangimentos que não deveriam ser meus. Ando com meu laudo médico, a identidade e o crachá de identificação da pessoa com deficiência como se fossem elementos que pudessem me livrar de cenas violentas, mas nem sempre há como fugir delas, e não dá para saber quando elas vão acontecer.

Nesse dia eu me senti muito mal e alguns momentos depois eu senti a crise chegando. Os olhares em volta, a voz hostil do homem e o sentimento de ter minha deficiência invalidada “por não ser aparente” me transtornaram e fui para o *campus* da universidade chorando, pois eu tinha uma aula naquele dia. Caminhei sentindo um chumbo no corpo, com a sensação de garganta travada, incapaz de pronunciar qualquer coisa, mas ao mesmo tempo com muita vontade de sair correndo e gritar.

Já em sala de aula não lembro de nada do que estava sendo discutido, era só meu corpo presente, mas a cabeça distante, com um turbilhão de pensamentos desconexos. Alguns minutos depois eu fui embora, pois não consegui permanecer e, quando percebi que estava usando o *masking* – uma “estratégia” que nós autistas usamos para tentar esconder a neurodivergência, e que traz toda uma bagagem de violência e sofrimento à medida que fingimos ser o que não somos, senti que era a hora de ir embora para casa.

Durante o caminho fui mandando mensagem para uma amiga, pois eu ainda conseguia me comunicar por mensagem de texto e buscar alguma ajuda para lidar com aquela situação horrível. Recordo que, já em casa, disse a ela que o ocorrido no mercado seria registrado nesse trabalho, porque é na escrita que eu consigo me libertar e lidar com as marcas que essas

violências deixam, principalmente quando minha garganta não consegue mais pronunciar nenhuma palavra.

E é aqui que a fala de Carolina Maria de Jesus me toma de tal forma que é como se eu sentisse seus braços estendidos para me reerguer. Escreve quem quer, porque não apenas o homem branco, cisgênero, hetero, neurotípico e sem deficiência tem algo a dizer. O momento em que me deparo com sua fala é muito marcante, pois embora eu tenha lido seu livro há alguns anos, é naquele encontro com a arte, com sua fala emoldurada e exposta no museu, que me sinto profundamente atravessada e transformada.

Naquele momento Carolina, de alguma forma, ainda me leva de encontro ao pensamento de Angela Coutinho, minha querida orientadora e professora de Semiótica durante a especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras no Instituto Federal do Rio de Janeiro. A professora Angela deixou o plano terrestre no início de 2022, e semeou saberes que muito me marcaram e seguem cultivados no meu pensamento. É difícil colocar no campo das palavras o peso da cena vivida, mas o encontro com a fala exposta de Carolina me trouxe ainda a voz da professora Angela dizendo que tudo é texto, imagens são textos e, portanto, carregam uma mensagem.

A mensagem daquele (re)encontro ancestral segue reverberando de tal modo que me faz vislumbrar, reiterar e apostar na interseccionalidade como potência que afirma uma identidade que é relacional, longe de uma ideia substancializada que aprisiona o existir a partir de pensamentos de que todo negro é igual, toda pessoa com deficiência é igual.

Como falar de interseccionalidade sem colocar em cena o viver, as experiências singulares que são atravessadas por tantos outros aspectos da minha trajetória? Pois sou uma pessoa negra, autista, dentro do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, que fala a partir da periferia, sou mestranda mas também demissexual, filha, amiga, estudante de coreano, artista, *kpopper*, dentre tantos outros aspectos que me compõem e que acenam para a experiência vivida como ferramenta potente de produção de conhecimento.

Essa interferência em primeira pessoa vem como ferramenta que ajuda a furar discursos que encarceram vivências não brancas e com deficiência, que as colocam no lugar do outro, do estranho, hostil e que é visto como objeto – que não sabe falar sobre si. Escrevo esse trecho lembrando do *slogan* “Nada sobre nós sem nós”, que marca o protagonismo das pessoas com deficiência de forma inegociável, pois as decisões sobre tudo aquilo que nos envolve devem passar fundamentalmente por nós.

Penso nessa frase com muita frequência, sobretudo quando estou transitando na academia e ouvindo certas falas que não estão dispostas a ouvir o que eu e outros autistas querem dizer, mas que ainda assim constroem sua jornada profissional tendo nossas vidas como

alvo de estudo. Uso a palavra “alvo” lembrando do ensino de semiótica da querida professora Angela, que me preparou não apenas para a obtenção de um certificado de pós-graduação *lato sensu*, mas para observar as cenas da vida real. Alvo como aquilo que deve ser alcançado e cujo único interesse é dominá-lo, não há intenção de diálogo ou de entender sua história a partir de suas próprias perspectivas.

Essas cenas e situações que compõem minha jornada se costuram no entendimento das identidades. Collins e Bilge (2021) acenam para o fato de que os estudos da interseccionalidade trouxeram mudanças ao pensar as identidades individuais enquanto interseccionais e performativas, transformando a ideia de algo que se possui para algo que se constrói.

Não nasci negra e pessoa com deficiência, mas tornei-me a partir de vários encontros e momentos da vida, como o processo de transição capilar, que me fez encontrar as obras de Neusa Santos Souza e Nilma Lino Gomes em 2016, mesmo ano em que Beyoncé (2016) lançou seu álbum audiovisual *Lemonade*, repleto de referências ancestrais e cujas músicas foram ouvidas por mim uma infinidade de vezes naquele ano.

Os caminhos que me levaram ao laudo diagnóstico de neurodivergente foram trilhados mais tardiamente, durante a pandemia de COVID-19, período de isolamento que escancarou minha dificuldade no que diz respeito às interações sociais. Meu primeiro contato com outras pessoas depois de tanto tempo dentro de casa me esgotou por completo, lembro de fazer um movimento ininterrupto de ir e voltar pelo corredor do lugar em que eu estava, girando naquele espaço a fim de me acalmar. Ao chegar em casa, talvez não por acaso, li um relato de um autista adulto que havia feito algo parecido a fim de aliviar sua sobrecarga e fui a fundo pesquisar, porque a semelhança das nossas histórias chamou muito a minha atenção.

Esses dois momentos, do encontro com a minha negritude e deficiência, foram uma autodescoberta a partir de minha própria história, mas que não se deu de forma isolada e solitária, pois eu via correspondências com as histórias de outras pessoas, meus pares. Obviamente as experiências são singulares, mas os pontos semelhantes geram muita identificação, sentimento de pertencimento e certo alívio.

É nesse sentido que Collins e Bilge (2021, p. 188) afirmam que

[...] em vez de uma essência fixa que a pessoa carrega de uma situação para a outra, entende-se agora que as identidades individuais se aplicam diferentemente de um contexto social para outro. E esses contextos sociais são moldados pelas relações de poder interseccionais.

A identidade então não diz respeito a um eu encapsulado e acabado, fala de um movimento constante e forjado por inúmeros atravessamentos. Ainda de acordo com as autoras:

A ideia – que hoje se tornou senso comum – de que a identidade individual é moldada por múltiplos fatores que se destacam diferentemente de um contexto social para outro deve muito à premissa da interseccionalidade a respeito das identidades

interseccionais. Em nível elementar, uma pessoa não precisa mais se perguntar: “Sou primeiro chicana, mulher ou lésbica?”. A resposta “sou *simultaneamente* chicana e mulher e lésbica” expande esse espaço de subjetividade e abrange múltiplos aspectos da identidade individual (Collins; Bilge, 2021, p. 188).

Considerações finais, reflexões que continuam

Retomo um pouco do pensamento de Carolina Maria de Jesus quando diz que escreve quem quer, e não apenas os doutores e pessoas bem-vestidas para encerrar essas páginas. Encerrar apenas como a formalidade de uma etapa que compõe um trabalho, pois é importante que as reflexões levantadas permaneçam e encontrem sentido em outras trajetórias, vozes, corpos, e que possam perfurar a aridez acadêmica.

Pensando a Psicologia, campo que me encontro, coloco a necessidade forjar uma prática que não sufoque a possibilidade de construção de saberes que a escrevivência e a interseccionalidade fomentam. Lançar mão de um fazer “psi” que tece uma costura com esses dois conceitos abre caminhos para que tantas outras histórias e sentidos apareçam e permaneçam com suas múltiplas vozes e corpos, interpelando essa Psicologia tão racista e capacitista.

Acho que é interessante fazer um movimento de retorno, trazendo novamente a fala que fiz para iniciar essa escrita, onde eu digo nunca imaginar que um dia minha história seria tema para uma construção acadêmica, tendo em vista os inúmeros episódios de racismo e capacitismo que ecoam na universidade, mas não são tematizados nas salas de aula, o que me dá a sensação de estar sendo posta para fora desse espaço a todo momento.

A psicologia, branca e operadora da branquitude, dos corpos sem deficiência precisa ser interpelada. É necessário questionar falas tendenciosas como “epidemia do autismo” e do TDAH como uma “invenção farmacêutica”. São discursos perigosos que apagam as neurodivergências em prol de uma suposta crítica aos diagnósticos, desconsiderando a existência da pessoa e dificuldade de acesso ao laudo, sobretudo quando se sai do padrão branco, cis, hétero, masculino, classe média, pois há todo um imaginário a partir da deficiência, como se ela não existisse nas periferias, nos quilombos, nas aldeias. Mais uma vez a interseccionalidade se fazendo presença dentro da experiência vivida, tendo vista os vários atravessamentos que a envolve e que não podem ser silenciados, pois falam da nossa trajetória.

A psicologia ainda não está preparada para acolher histórias e corpos neurodivergentes, tampouco suas buscas ao diagnóstico, que vem não apenas como uma resposta para a vida da pessoa, mas põe novas perguntas, além da garantia de direitos enquanto pessoa com deficiência. Gosto da ideia de inventar outros futuros, onde a deficiência é realidade, onde corpos não brancos com deficiência estejam aonde queiram estar. Futuro onde a psicologia não é operadora de violências que barram nossa entrada e permanência, que ousa dizer que não precisamos de suporte já que conseguimos “chegar normalmente” no ensino superior ou na pós-graduação.

Levantar essas reflexões é colocar em cena a busca por acessibilidade que se torna dolorosa e solitária quando você se encontra só em meio a discursos que ferem e produzem sofrimento.

Sobre a autora

Aline Tavares de Souza Rodrigues

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Especialista em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e mestranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Como citar este artigo:

ABNT

RODRIGUES, Aline Tavares de Souza. Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 17, e60188, 2024. <https://doi.org/10.22409/resa2024.v17.a60188>

APA

Rodrigues, A. T. S. (2024). Interseccionalidade e escrevivência: diálogos possíveis entre deficiência e raça. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 17, e60188. <https://doi.org/10.22409/resa2024.v17.a60188>

Copyright:

Copyright © 2024 Rodrigues, A. T. S. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2024 Rodrigues, A. T. S. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Editora responsável pelo processo de avaliação:

Luiza Rodrigues de Oliveira

Referências

BEYONCÉ. **Lemonade**. Nova York: Parkwood Entertainment, 2016. Álbum de estúdio.

BORGES, Rosane. Escrevivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado (Org.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 182-204.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado (Org.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

JESUS, Carolina Maria de. **Carolina Maria de Jesus: um Brasil para os brasileiros**. Rio de Janeiro: Museu de Arte do Rio, 2023.